



LIVRO DIDÁTICO ESCOLAR: UM ARTEFATO MULTICULTURAL¹

Marcos Pereira dos Santos*
mestrepedago@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo efetuar uma análise crítico-reflexiva acerca do livro didático como artefato multicultural de presença significativa na Educação Básica brasileira, tendo como foco central de investigação a sua utilização no processo ensino-aprendizagem escolar; visando assim contribuir para uma ressignificação das práticas docentes e discentes. Para tanto, são apresentadas inicialmente algumas definições gerais que gravitam em torno da palavra cultura, concebendo-a em sentido plural. Em seguida, discorreremos brevemente sobre alguns conceitos referentes à cultura escolar e suas particularidades. Na sequência, busca-se tecer comentários a respeito do livro didático na escola, enfatizando a autoridade, a identidade autoral e os discursos científico-ideológicos expressos pelo mesmo. Por fim, trazemos à discussão algumas questões concernentes ao livro didático como artefato multicultural, tomando-se como ponto de referência o processo ensino-aprendizagem da matemática escolar.

Palavras-chave: Livro didático. Cultura escolar. Multiculturalismo. Tecnologia educacional.

1 INTRODUÇÃO

No contexto da atual sociedade capitalista, onde a “parafernália eletrônica” parece ter dominado (quase) completamente inúmeros setores do mercado, abordar questões referentes à educação em geral e aos recursos didático-pedagógicos, em particular, configura-se como algo desafiante e, ao mesmo tempo, essencialmente relevante.

Embora tenha sido preconizada a superação da civilização da escrita pelo advento dos recursos audiovisuais, das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), das mídias tecnológicas digitais e da cibernética; ainda hoje vivemos basicamente em função do documento escrito, seja ele impresso ou digital, como principal meio de comunicar e socializar diferentes conhecimentos e saberes que podem ser apreendidos, decifrados, reconstruídos e utilizados, direta ou indiretamente, por todas as pessoas em qualquer tempo e espaço.

Face ao exposto, procuramos neste artigo elucidar o papel do livro didático no contexto da cultura escolar, enquanto tecnologia de comunicação e ‘ferramenta’ pedagógica auxiliar utilizada

¹ O presente artigo é fruto do anteprojeto de pesquisa de doutorado intitulado *Autoridade multicultural, identidade autoral e discursos científico-ideológicos do livro didático público de matemática do ensino médio: limites e possibilidades de utilização no contexto escolar sob a ótica de professores, alunos e gestores educacionais da rede estadual do município de Ponta Grossa – Paraná* (SANTOS, 2010), apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

por professores e alunos de todos os níveis e modalidades de ensino da Educação Básica; dada a autoridade multicultural², a identidade autoral e os discursos científico-ideológicos expressos pelo mesmo (CORACINI, 1999).

2 CULTURA: UM CONCEITO PLURAL

A noção de cultura é algo relativamente complexo. A utilização desse vocábulo gera muitos neologismos e, em certos casos, realizam-se associações imprevistas, como a de “funcionário da cultura”. Tal fato resulta na ampliação indefinida de seu campo semântico, que por si só é muito abrangente.

Apesar da diversidade de uso dessa palavra, cultura é o termo genérico empregado para significar duas acepções diferentes, a saber: de um lado, o conjunto de costumes, crenças, hábitos e realizações de um povo numa determinada época histórica; e, de outro, tudo o que diz respeito às artes, à erudição e às demais manifestações mais sofisticadas do intelecto e da sensibilidade humana consideradas coletivamente (KNECHTEL, 2005). Assim, cultura é um estilo de vida próprio, um modo particular de vida que todas as sociedades possuem e que caracteriza cada uma delas. Todavia, esse é um conceito amplo de cultura, não tendo como principal objetivo a organização, mas sim toda a sociedade e os sujeitos que a compõem.

Para Lakatos (1997, p.122), “a cultura de um povo pode ser definida como um padrão de pressupostos básicos que ele aprendeu à medida que resolvia seus problemas de adaptação externa e integração interna”. Nesse sentido, cultura pode ser entendida ainda como tudo o que se refere a valores, condutas, conhecimentos e saberes que permitem aos homens orientar e explicar seu modo de sentir e atuar no mundo. Em outros termos, pode-se dizer que cultura se constitui num conjunto de símbolos (normas, regras, modos de pensar e fazer etc.) que conferem ao indivíduo e também ao grupo uma identidade própria, possibilitando distinguir um grupo de outro por meio de suas ações.

* Doutorando em Educação, linha de pesquisa “Ensino e Aprendizagem”, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor Adjunto do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), junto a cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*.

² De acordo com Knechtel (2005), o termo “multiculturalismo” refere-se ao fato de várias e diferentes culturas e etnias encontrarem-se no mesmo espaço e tempo, buscando coexistir de alguma forma como uma maneira de evitar a homogeneização que a globalização procura impor.

Considerando que um sistema social não é isolado, onde as relações entre diferentes grupos são geralmente muito intensas, faz-se necessário, portanto, compreender cultura como um conceito plural e de dimensões múltiplas. Originando-se com a revolução tecnológica e as consequentes grandes mudanças sociais ocorridas principalmente nas décadas de 1980 e 1990, quando era visto sob a perspectiva de dominantes e dominados, o *multiculturalismo*, nesse contexto, atualmente tem sido entendido no meio social ora como uma filosofia antirracista ora como uma metodologia de reforma educacional.

Em linhas gerais, essa concepção decorre do fato de o multiculturalismo configurar-se como uma palavra “elástica”, um movimento social, uma abordagem curricular, isto é, uma mistura de fatos e valores que pode estar a serviço de muitos interesses da sociedade. Ele surge como uma alternativa para a ideia de convívio de diferentes culturas e etnias, objetivando possibilitar modos diferenciados de ver e de viver o mundo, devendo, por esse motivo, estar envolvido nos processos educacionais.

Quando o multiculturalismo transforma-se em uma orientação filosófica que tematiza as relações de raça, sexo e classe na macrosociedade capitalista, ele reúne pessoas que agem e se comportam diversamente por causa de diferentes condicionantes e que refletem conflitos entre variadas culturas. Dizemos isto, porque a concepção de multiculturalismo está diretamente atrelada à questão da identidade social, uma vez que “é por ela que se define a cultura, e, pelas diversas identidades sociais, o multiculturalismo; o qual provoca o aparecimento do *interculturalismo*, que enfatiza as relações culturais, e do *pluriculturalismo*, que respeita a identidade cultural” (APPLE, 1989, p.72).

3 CULTURA ESCOLAR: UMA PARTICULARIDADE?

A escola é o *locus*, por excelência, onde as reflexões sobre a prática pedagógica podem encontrar espaço e assim alcançar a dimensão do ofício de ensinar. Todavia, não se pode desconsiderar a relação umbilical existente entre ensino e aprendizagem nem tampouco deixar de pensar sobre o papel social da escola, uma vez que ela é produto e produtora de diferentes culturas (pluralidade cultural).

Nesse sentido, concordamos com Schmidt (2002, p.57), ao dizer que “o professor é o responsável por ensinar o aluno a captar e valorizar a diversidade dos pontos de vista, bem como

levantar problemas e reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula, temas em problemáticas”.

Pensar a vida da escola é aliar aspectos como formação docente, currículo, avaliação, metodologias, técnicas de ensino entre outros. O renomado educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), profundo conhecedor das dificuldades da escola e de seus agentes, além de denunciá-las, afirma que estas fazem parte do cotidiano e podem ser o fundamento para se acreditar na Educação e em suas possibilidades. E complementa dizendo:

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (FREIRE, 1998, p.60).

Se considerarmos essa perspectiva no atual contexto educativo escolar, podemos obter uma real dimensão dos múltiplos fatores que consubstanciam o processo de construção das diferentes culturas e do “ensinar-e-aprender”, via utilização de recursos didático-pedagógicos, principalmente em relação ao livro didático como artefato da *cultura escolar*; entendida por Forquin (1993, p.167) como o “conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, ‘normalizados’ e ‘rotinizados’ sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no âmbito das escolas”.

Dessa forma, o reconhecimento do aspecto cultural da sociedade atual e a influência do mesmo no processo educacional são o ponto de partida para se compreender o que é cultura escolar e, em decorrência, qual o papel do livro didático nesse contexto, visto que:

[...] a cultura escolar supõe necessariamente uma relação entre os materiais culturais disponíveis num determinado momento histórico e social. Além disso, ela realiza um trabalho de reorganização, reestruturação e “transposição didática” para tornar estes conteúdos assimiláveis pelos alunos. Outro elemento constitutivo da cultura escolar é a interiorização, pois se trata de saber de forma que o saber se incorpore ao indivíduo sob forma de esquemas operatórios ou *habitus* (CERTEAU, 1995, p.33).

Diante dessas considerações, observa-se que os problemas relativos à cultura escolar têm estado muito presentes nas práticas de formação inicial e continuada de professores, principalmente no que diz respeito aos processos de seleção, organização e tratamento dos conteúdos curriculares das diferentes áreas do conhecimento, tendo-se em vista os limites e as possibilidades de utilização pedagógica do livro didático escolar. Assim sendo, torna-se

imprescindível, nos dias atuais, incorporar nas questões relativas aos currículos formativos e à formação de docentes as contribuições da perspectiva sociológica e antropológica na abordagem das relações entre escola e cultura(s).

4 O LIVRO DIDÁTICO NA CULTURA ESCOLAR: IDEOLOGIA, AUTORIDADE E IDENTIDADE

Faria (1985) enfatiza que, dependendo do referencial teórico adotado, o livro didático, como uma das formas de manifestação da *ideologia* da classe dominante, pode ser considerado um material arcaico, alquímico, acrítico, ilusório, uma perigosa “arma pedagógica” ou, em contrapartida, a panaceia, a ferramenta pedagógica redentora da educação.

Para não correr o risco de expressar aligeiramente uma opinião simplista e insossa, favorável ou desfavorável, a respeito da presença e utilização do livro didático no âmbito educativo escolar, entendemos ser necessário fazer uma minuciosa análise conjuntural, radical e rigorosa sobre as possibilidades e limitações dessa importante tecnologia educacional de comunicação em suas múltiplas instâncias. Nesse contexto, discutir questões sobre autoridade multicultural, identidade autoral e discursos científicos concernentes ao livro didático implica, necessariamente, entender a escola enquanto um aparelho ideológico do Estado, onde se estabelecem relações de poder.

Partindo-se de uma perspectiva ortodoxa ou tradicional do marxismo, pode-se dizer que o problema fundamental da escola e do material didático impresso, a exemplo do livro-texto, residiria no conteúdo curricular veiculado; o qual pode apresentar um viés essencialmente ideológico, científico ou científico-ideológico.

Entretanto, atualmente essa percepção de escola e de material didático tem sido considerada simplificadora e redutora. A escola não pode ser resumida apenas a um lugar de viabilização do poder ideológico dominante, a partir dos conteúdos curriculares que transmite aos alunos. Outros elementos característicos do sistema escolar merecem destaque e atenção cuidadosa, tais como: os métodos de avaliação da aprendizagem dos alunos, o exercício da prática pedagógica docente, a construção dos saberes escolares, a utilização dos recursos didático-pedagógicos no processo educativo etc.

Independentemente do livro didático adotado pelo professor em sua disciplina, o que se constata, nos dias atuais, é que esse material pedagógico constitui um elo importante na corrente do discurso da competência profissional, isto é, ele é tido como o lugar do saber definido, ‘pronto’, ‘acabado’, correto e, dessa forma, fonte última (e às vezes, única) de referência para docentes e discentes. Em outros termos, isso significa dizer que:

Mais do que um *artefato da cultura escolar*, portanto, um livro é uma ‘*entidade*’ que institui valores comunitários e econômicos e identidades grupais e individuais. Vale dizer, o livro, em certa medida, define subjetividades e o que elas significam na sociedade humana. Muito mais do que um *objeto ideológico*, portanto, o livro é uma *instituição* que propicia uma certa ética individual e social, uma *força* que movimentava setores econômicos e estabelece interesses individuais e coletivos, uma *tecnologia* que molda subjetividades. Não é de admirar, portanto, que um *elemento multicultural* de tal importância venha a transformar-se em *fetichê* e *valor simbólico*, sagrado (BELLEI, 2002, p.13-14).

Assim, o caráter de *autoridade multicultural* do livro didático encontra sua legitimidade na crença de que ele é depositário de um saber a ser ‘decifrado’, pois supõe-se que o livro-texto contenha uma verdade sacramentada a ser transmitida e compartilhada; verdade esta já dada em sua versão final onde o professor, legitimado e institucionalmente autorizado a manejá-la, deve apenas reproduzi-la, cabendo ao aluno assimilá-la de forma passiva e sem qualquer contestação.

Entretanto, entendemos que a autoridade do livro didático estende-se à visão do mesmo enquanto forma de critério do saber, criando assim paradigmas educacionais norteadores da transmissão de conhecimento no contexto escolar. O livro didático, nesse sentido, parece ter como função principal dar certa “forma” ao conhecimento; “forma” esta no sentido de seleção e hierarquização do chamado ‘saber científico’. Logo, parece não haver dúvida quanto à autoridade multicultural que o conhecimento de senso comum tradicionalmente confere ao livro didático escolar, até porque esse recurso pedagógico é um artefato multicultural e milenar constitutivo dos sistemas educacionais de ensino.

Face ao exposto, cabe-nos indagar: Em que consiste a *identidade autoral* do livro didático escolar? Como se configuram seus autores nesse contexto?

Para Wuo (2000, p.147), “a noção de autor está ligada à concepção de sujeito enquanto indivíduo inserido na história das ideias, do conhecimento, da literatura, da filosofia e das ciências”. A atividade de escrita e configuração de um livro didático passa pela discussão do tema da autonomia de seu(s) autor(es). As referências predominantes nas reflexões sobre livros didáticos escolares oscilam entre a questão dos autores propriamente ditos e o papel das editoras, enquanto agentes de controle e também de censura ideológica. A autoria do livro didático está

associada, predominantemente, ao sujeito escritor, considerado autor desde que sua autoridade seja legitimada pela editora que o valida. Trata-se da força do aparato editorial a serviço da socialização e democratização do conhecimento científico.

É nesse contexto, essencialmente institucional, que o livro didático escolar se constitui. Assim, o autor de um livro didático passará sempre pelo crivo editorial; o qual funciona, muitas vezes de forma drástica, para manter determinados padrões e paradigmas culturais, motivados por uma combinação de razões de ordem ideológica e econômica, isto é, se o livro que fará mais sucesso será aquele que venderá mais exemplares. Destaque-se que as razões ideológicas estão associadas a disciplinas consideradas um tanto quanto problemáticas, a exemplo da Filosofia e da Sociologia no Ensino Médio; bem como à questão da configuração dos conhecimentos científicos a partir da seleção dos conteúdos curriculares a serem transmitidos na escola. Diz-se respeito, em suma, ao que “pode” e “deve” ser dito e escrito como verdade.

A noção de autor de livro didático, e que faz parte da crença predominante entre professores, o configura enquanto aquele que é responsável pelo que “diz” no livro, pelo seu conteúdo, pela organização e pela competência enquanto escritor; a qual é medida pelo caráter de clareza didática, avaliada em termos da linguagem utilizada no livro entre outros fatores, linguagem essa capaz de “traduzir” de modo acessível e “digerível” ao aluno o que disseram os “grandes nomes” do saber (Pitágoras, Einstein, Camões, Marx entre outros). O autor de livro didático torna-se, assim, uma espécie de “intérprete”, de “porta-voz” de conteúdos complexos e considerados impenetráveis (SANTOS, 2011).

Sem a pretensão de esgotar o assunto em questão, entendemos que assim como não é só a escola que transmite a ideologia da classe dominante, não é só o livro didático que, no seu interior, é responsável por sua veiculação; mas também o próprio profissional professor, com suas atitudes e ações concretas, enquanto agente transmissor de informações.

Dessa forma, não se trata simplesmente de fazer um pré-julgamento aligeirado acerca da permanência, substituição ou extinção do livro didático na escola. O que se coloca em xeque é o papel desse recurso pedagógico no contexto da atual realidade escolar brasileira e as suas relações com as diferentes culturas e sociedades, visto que tais fatores esbarram na distinção entre o essencial e o acidental, o dito e o feito, o real e o ideal.

Apesar de censurado e tratado como objeto de luxo para a Ditadura Militar (1964-1984) e como recurso obsoleto para os partidários extremos da aprendizagem através do brinquedo, não

se pode negar o fato de que o livro didático escolar, nos dias atuais, volta a ocupar seu lugar de destaque no contexto educacional brasileiro. Prova disso é sua utilização em massa por parte de professores e alunos, bem como sua produção autoral que, desde 2007, vem sendo realizada pelos próprios docentes da rede pública de Educação Básica, com distribuição gratuita e em larga escala para todas as escolas públicas estaduais de Ensino Médio, enquanto fruto de uma política educacional vinculada ao “Projeto Folhas” – Programa Livro Didático Público do Estado do Paraná.

Trabalhar, pois, com o legado da cultura escolar é tarefa complexa; necessitando-se assim abrir brechas para possíveis deslocamentos, prováveis rupturas.

5 LIVRO DIDÁTICO COMO ARTEFATO MULTICULTURAL: O CASO DA MATEMÁTICA ESCOLAR

Para que se possa analisar criticamente o papel que professores, alunos, pedagogos, gestores escolares e coordenadores pedagógicos atribuem ao livro didático em termos de produção, seleção e utilização desse material, faz-se necessário entender inicialmente que o livro-texto, enquanto artefato multicultural, foi o “primeiro meio de ensino e a primeira mercadoria produzida em série e de forma impressa após a invenção da imprensa de Gutenberg no século XV” (LIBEDINSKY, 1997, p.134); uma vez que antes disso os registros históricos eram feitos, por exemplo, em tábuas de argila, na Babilônia, ou em folhas de papiro e pergaminho, no antigo Egito.

Dessa forma, gradativamente o livro didático foi conquistado cada vez mais espaço no contexto escolar, chegando a se constituir, muitas vezes, como o único material de acesso ao conhecimento formal historicamente elaborado, no qual professores e alunos buscam legitimação, apoio e auxílio para suas aulas, independentemente da área de estudo, nível e/ou modalidade de ensino. Embora seja um recurso extremamente útil no processo ensino-aprendizagem, corroboramos com Schubring (2003) ao dizer que é preciso ter cuidado para que o livro didático escolar não seja visto como um currículo sub-rogante ou substituto, isto é, como uma reflexão possível sobre o currículo prescrito, às vezes não documentado.

Reconhecer as possibilidades e limitações de utilização do livro didático na escola torna-se, pois, uma tarefa fundamental a professores e alunos, inclusive no que diz respeito ao ensino e

à aprendizagem da Matemática; uma vez que esta se configura como uma ciência milenar que provém da construção humana e cujos conceitos surgiram das reais necessidades e interesses do homem em resolver as mais variadas situações-problema ao longo da história. Essas situações normalmente estão relacionadas com outras áreas do saber, embora nem sempre nos apercebamos disso. Todavia, os conhecimentos matemáticos, direta ou indiretamente, estão presentes em nosso cotidiano. Afinal, “a matemática não é apenas uma disciplina, mas uma forma de pensar que deve estar ao alcance de todos. Sendo assim, somos capazes de aprender matemática, independente do meio social que estejamos inseridos, uma vez que ela é parte integrante de nossas raízes culturais” (LOPES *et al*, 2006, p.10).

Em outras palavras, isso significa dizer que o conteúdo matemático escolar tem sua base de sustentação no conhecimento científico, no saber sistematizado; embora somente uma pequena parcela dessa matemática ‘científica’ seja significativamente utilizada. O mesmo ocorre com a linguagem científica, que, sendo racionalmente organizada, muitas vezes é interpretada como uma linguagem de “iniciados”. Assim como é grande a lacuna existente entre o conteúdo curricular da escola e o conhecimento científico social e historicamente elaborado, é expressiva também a distância entre o conteúdo escolar e o conhecimento obtido espontaneamente pelos alunos ao nível do senso comum. Isso ocorre, entre outros fatores, porque a linguagem matemática e os conteúdos matemáticos presentes na escola têm um caráter erudito e são aceitos como “cultos” pela sociedade, uma vez que buscam explicar a realidade existencial de uma forma mais sistematizada, apresentando um fundamento científico.

Nessa perspectiva, a educação escolar passa a ser a responsável direta pela socialização do conhecimento matemático e da linguagem matemática que lhe é peculiar, principalmente por intermédio do livro didático. No entanto, essa linguagem necessita abarcar a compreensão da mensagem a ser transmitida, a dos conceitos e processos de cálculo a ela relacionados, para poder, então, ser mediadora de um discurso matemático, pedagógico e científico-ideológico que possa favorecer o trânsito do conhecimento no processo ensino-aprendizagem.

Convém destacar, entretanto, que o simples reconhecimento da existência de um conhecimento matemático universalmente aceito como “básico” e correto não garantirá que a escola venha a desenvolver, de forma eficaz e eficiente, via utilização do livro didático, a função social que lhe cabe. É preciso que haja uma adequada seleção, dosagem, sequenciação e organização lógica do conteúdo matemático e que sejam viabilizadas as condições de seu ensino

e de sua aprendizagem (PAIS, 2006), a fim de que o aluno possa chegar à interpretação das relações matemáticas que se impõem em sua prática social e histórico-cultural. Dizemos isso, porque concordamos com Garcia, Rocha e Costa (2002) ao afirmarem que a matemática deve ser vista como instrumento para a compreensão, investigação e inter-relação com o ambiente social; cujo papel é o de agente de transformação dos indivíduos, provocando assim não somente o simples acúmulo de conhecimentos técnicos, mas também o progresso do discernimento político. Aí está, pois, o compromisso social da escola em criar condições favoráveis à conquista de uma aprendizagem crítica e significativa por parte dos alunos em relação aos conhecimentos matemáticos transmitidos, inclusive via livro didático.

Assim sendo, entendemos que as temáticas abordadas pelos livros didáticos de matemática necessitam partir de situações concretas de vivência dos educandos, a fim de que possam ser melhor contextualizadas e a investigação matemática seja o fundamento teórico-metodológico direcionador e orientador das práticas desenvolvidas por professores e alunos na escola. Em outros termos, isso implica afirmar que as atividades propostas nos livros didáticos devem possibilitar aos educandos a (re)construção do conhecimento matemático por meio da pesquisa, reflexão e análise crítica; buscando dessa forma romper definitivamente com a concepção tradicional-formalista de separar ensino de aprendizagem, teoria de prática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que este artigo ia tomando forma e sentido, fortalecia-se cada vez mais a ideia de que cultura é um termo polissêmico representativo da totalidade das atividades humanas. Nesse contexto, o livro didático escolar, como artefato de autoridade multicultural, necessita ser valorizado e utilizado por professores e alunos de forma cautelosa; uma vez que traz em seu bojo um conjunto de crenças, valores, identidades, saberes, conhecimentos, criações materiais e não materiais, linguagens, condutas, informações, regras morais, comportamentos e concepções ideológicas diversas que podem ser causa tanto de alienação quanto de emancipação social.

No caso específico da matemática, essa cautela precisa ser ainda mais rigorosa, visto que o livro didático, apesar de suas possibilidades e limitações pedagógicas no processo ensino-aprendizagem, nem sempre é considerado pelos professores apenas como um recurso pedagógico auxiliar às suas práticas docentes, cujos saberes e conhecimentos matemáticos nele contidos são

fruto de uma construção histórica, social e cultural não linear; configurando-se muitas vezes como a panaceia redentora da educação matemática escolar.

Enquanto parte integrante da cultura escolar, entendemos que o livro didático, nesse contexto, deve ser analisado de forma crítica e reflexiva sob a perspectiva dos professores, alunos, pedagogos, gestores educacionais e coordenadores pedagógicos por serem eles os principais agentes do processo educativo escolar e os usuários-protagonistas mais assíduos dessa tecnologia educacional nas situações de ensino, aprendizagem e assessoramento pedagógico, respectivamente. Dito de outra forma, isso significa que é preciso pensar o “chão” da escola, tanto em termos de micro quanto de macroestrutura.

Sendo assim, esperamos que as reflexões aqui apresentadas possam, efetivamente, contribuir para o rompimento de uma prática pedagógica escolar fragmentada, alienante e pautada na racionalidade técnica, isto é, numa concepção epistemológica da prática herdada da corrente filosófica positivista de educação. É profícuo, entretanto, almejar uma práxis escolar centrada nos processos de ensinar-e-aprender e de (re)construção de conhecimentos permeada pela problematização acerca do livro didático, uma vez que o mesmo expressa conceitos de mundo, homem, sociedade, escola, conhecimento, ciência, cultura, ensino, aprendizagem, educação entre outros (MIZUKAMI, 1986).

Nessa perspectiva, faz-se urgente e necessário que o professor se conceba como um profissional da educação que, na busca por um ensino de qualidade e de uma prática pedagógica reflexiva e ressignificada, visualize alternativas metodológicas diferenciadas de uso dos diversos recursos pedagógicos disponíveis na escola, em especial do livro didático, onde professor e alunos possam assumir sua identidade como sujeitos ativos do processo de construção de um projeto de escola e de sociedade mais justo e democrático.

SCHOOL TEXT BOOK: AN ARTIFACT MULTICULTURAL

ABSTRACT

This article has as main objective to a critical-reflexive analysis about the textbook as a significant presence of multicultural artifact in basic education in Brazil, having as a central focus for research its use in the teaching-learning process at school; thereby contributing to a practice teachers and students ressignification. To do so, you will be presented initially some general settings that gravitate around the word culture, conceiving it in the plural sense. Then expatiates



briefly about some concepts concerning the school culture and their particularities. As a result, seeks comment regarding the textbook at school, emphasizing the authorial identity, authority and scientific discourses expressed ideological. Finally, we bring to the discussion some questions related to the textbook as multicultural artifact, taking as a point of reference the teaching-learning process of mathematics.

Keywords: Text book. School culture. Multiculturalism. Educational technology.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BELLEI, S. L. P. **O livro, a literatura e o computador**. São Paulo: EDUC; Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- CERTEAU, M. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- CORACINI, M. J. R. F. **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira**. Campinas: Pontes, 1999.
- FARIA, A. L. G. **Ideologia no livro didático**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo – v. 7)
- FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GARCIA, N. M. D.; ROCHA, J. V.; COSTA, R. Z. V. Área de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias: algumas contribuições para sua organização. In: KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3.ed. São Paulo: Cortez, p.133-151, 2002.
- KNECHTEL, M. R. **Multiculturalismo e processos educacionais**. Curitiba: Editora do IBPEX, 2005.
- LAKATOS, E. M. **Sociologia da administração**. São Paulo: Atlas, 1997.
- LIBEDINSKY, M. Para uma leitura compreensiva dos livros escolares. In: LITWIN, E. (Org.). **Tecnologia educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, p.132-151, 1997.
- LOPES, A. K. T. *et al.* **Matemática: ensino médio**. Curitiba: SEED-PR, 2006. (Coleção Livro Didático Público)
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986. (Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino)
- PAIS, L. C. **Ensinar e aprender matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SANTOS, M. P. **Autoridade multicultural, identidade autoral e discursos científico-ideológicos do livro didático público de matemática do ensino médio: limites e possibilidades**



de utilização no contexto escolar sob a ótica de professores, alunos e gestores educacionais da rede estadual do município de Ponta Grossa – Paraná. Curitiba, 20 f., 2010. (Anteprojeto de pesquisa de doutorado em educação – Universidade Federal do Paraná). *mimeo*

_____. **Recursos didático-pedagógicos na educação matemática escolar:** uma abordagem teórico-prática. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2011.

SCHUBRING, G. **Análise histórica de livros de matemática:** notas de aula. Campinas: Autores Associados, 2003.

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** 7. ed. São Paulo: Contexto, p.54-66, 2002.

WUO, W. **A física e os livros:** uma análise do saber físico nos livros didáticos adotados para o ensino médio. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000.

Recebido em 08 de fevereiro de 2012. Aprovado em 11 de abril de 2012.